

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Diário de Aparecida

Goiás inova, destrava burocracia e acelera obras de infraestrutura

.....

O Popular

Goiás inova, destrava burocracia e acelera obras de infraestrutura

.....

DM

Hospital Estadual de Luziânia recebe visita do TCE-GO para implantação da Rede Nascer

.....

Doa a Quem Doer

Goiás adota novo modelo de contratação para acelerar obras de infraestrutura

.....

Entrelinhas Goiás

TCE impede 6 empresas de venderem para o Estado

.....

Jornal do Vale

Audiência tem debate acalorado sobre convênio do Executivo com entidade da agropecuária para a gestão de rodovias

.....

Jornal Opção

Em audiência com Pedro Sales na CCJ, deputados sinalizam aprovação de novo modelo de contratação de Goiás

.....

Goiás inova, destrava burocracia e acelera obras de infraestrutura

Com menos burocracia e garantia de obras públicas rápidas e eficientes, o Governo de Goiás inova com um novo modelo de contratação mais ágil e transparente, baseado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC). Os processos, que antes demandavam de 8 a 10 meses, agora serão concluídos em um mês. O objetivo é simplificar e garantir a conclusão das obras de infraestrutura com celeridade e excelência.

A transparência na gestão dos recursos e o acompanhamento rigoroso dos projetos e da execução são premissas endossadas nas novas contratações. Com fiscalização dos órgãos de controle, o credenciamento de parceiros será criterioso e vai viabilizar à população goiana os benefícios tão esperados.

A colaboração com entidades civis soluciona problemas antigos e recorrentes envolvendo as licitações convencionais. Os processos administrativos licitatórios, com frequência, recaem em burocracia excessiva, empresas que desistem no meio do caminho, obras paradas, prejuízos financeiros e atrasos que penalizam a população.

A nova proposta tem referência na Lei Federal n° 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias da administração pública. O novo padrão assegura parcerias estratégicas e está vinculado ao projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa de Goiás. A matéria visa autorizar a colaboração com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), associação civil sem fins lucrativos, que une forças para garantir capacidade técnica e experiência para a condução das obras rodoviárias.

Com o novo formato, o Governo de Goiás vai acelerar a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra). O pacote inclui recuperação, pavimentação e construção de rodovias, além da instalação de pontes. Serão 18 obras rodoviárias transformadoras, mais de 739 km de rodovias e um investimento de R$ 1,49 bilhão, impulsionando o desenvolvimento em todas as regiões de Goiás.

Acompanhamento do TCE garante legalidade e transparência

A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) assinaram um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) em julho de 2023 sobre a aplicação dos recursos do Fundeinfra. Um dos itens, trata de parcerias com a iniciativa privada, com regras para a seleção de entidades e repasse de informações ao Tribunal.

Antes, o TCE já havia respaldado o mesmo modelo de contração para a construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), garantindo legalidade e transparência ao processo. Exemplo da efetividade, as

obras do Cora foram iniciadas em fevereiro de 2023 e estão com com 80% da ala infantil concluída. A previsão de entrega é neste semestre.

Setor Produtivo apoia nova modalidade

O Fórum das Entidades Empresariais de Goiás (FEE) manifestou apoio à iniciativa do Governo de Goiás de aprimorar os modelos de contratação com o objetivo de reduzir o tempo do trâmite da burocracia e acelerar a execução de obras de infraestrutura. A entidade vê de forma positiva a adoção do modelo de contratação baseado no Marco Regulatório das OSC.

Na carta, o FEE destaca que o novo formato "representa um instrumento jurídico legítimo e viável para otimizar a implementação de obras públicas essenciais" e afirma ainda que "o desenvolvimento acelerado de Goiás impõe desafios crescentes à gestão da infraestrutura, tornando imprescindível a modernização dos processos administrativos'. A carta é assinada pela Acieg, Adial, Facieg, Faeg, FCDL, Fecomércio, Fieg e Sistema OCB/GO.

16 APARECIDA DE GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2025 | www.diariodeaparecida.com.br facebook/jornaldiariodeaparecida instagram/jornaldiariodeaparecida | Informe publicitário DA

AGILIDADE

Goiás inova, destrava burocracia e acelera obras de infraestrutura

Transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos são garantidas pelo Marco Regulatório das OSC; construção e recuperação de mais de 700 km de rodovias vão impulsionar desenvolvimento de Goiás

Com menos burocracia e garantia de obras públicas rápidas e eficientes, o Governo de Goiás inova com um novo modelo de contratação mais ágil e transparente, baseado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC). Os processos, que antes demandavam de 8 a 10 meses, agora serão concluídos em um mês. O objetivo é simplificar e garantir a conclusão das obras de infraestrutura com celeridade e excelência.

A transparência na gestão dos recursos e o acompanhamento rigoroso dos projetos e da execução são premissas endossadas nas novas contratações. Com fiscalização dos órgãos de controle, o credenciamento de parceiros será criterioso e vai viabilizar à população goiana os benefícios tão esperados.

A colaboração com entidades civis soluciona problemas antigos e recorrentes envolvendo as licitações convencionais. Os processos administrativos licitatórios, com frequência, recaem em burocracia excessiva, empresas que desistem no meio do caminho, obras paradas, prejuízos financeiros e atrasos que penalizam a população.

A nova proposta tem referência na Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias da administração pública. O novo padrão assegura parcerias estratégicas e está vinculado ao projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa de Goiás. A matéria visa autorizar a colaboração com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), associação civil sem fins lucrativos, que une forças para garantir capacidade técnica e experiência para a condução das obras rodoviárias.

Com o novo formato, o Governo de Goiás vai acelerar a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra). O pacote inclui recuperação, pavimentação e construção de rodovias, além da instalação de pontes. Serão 18 obras rodoviárias transformadoras, mais de 739 km de rodovias e um investimento de R$ 1,49 bilhão, impulsionando o desenvolvimento em todas as regiões de Goiás.



PRIMEIRAS OBRAS CONTRATADAS EM NOVO MODELO

Rodovia	Trecho	Valor	Extensão em KM
GO-050	Trecho que liga Jataí a Montividiu	R$ 103 milhões	49,4 km
GO-139	Trecho que liga Silvânia ao Lago de Corumbá IV	R$ 117,1 milhões	58 km
GO-147	De Bela Vista ao entroncamento da GO-010	R$ 95,9 milhões	48 km
GO-178	De Itarumã ao trevo da BR-364	R$ 173,7 milhões	86 km
GO-180	Do entroncamento com a GO-467 a GO-306	R$ 81,9 milhões	41 km
GO-206	Do entroncamento da GO-178 a GO-184	R$ 135,8 milhões	68 km
GO-206	De Chapadão do Céu à divisa com o estado do Mato G. do Sul	R$ 19,9 milhões	10 km
GO-220	Do trevo da GO-341 à Perolândia	R$ 91,9 milhões	46 km
GO-341	Do Trevo da GO-465 e BR-158, entre Mineiros e Caiapônia	R$ 129,8 milhões	65 km
GO-411	Do entroncamento da GO-050 à GO-174	R$ 141,8 milhões	71 km
GO-433	Entre Ouro Verde e Souzânia	R$ 31,9 milhões	16 km
GO-435	Do entroncamento da BR-414 ao entroncamento da GO-178	R$ 36,3 milhões	18 km
GO-439	Entre Hidrolin e Pilar de Goiás	R$ 29,9 milhões	15 km
GO-440	Entre Santo Antônio do Rio Verde e a divisa com Minas Gerais	R$ 64,5 milhões	32,3 km
GO-455	Do entroncamento com a BR-153 à Colinaçu	R$ 62,5 milhões	29 km
GO-461	Do trevo Rio Matrinchã à GO-221 em Doverlândia	R$ 105,8 milhões	53 km
GO-466	De Nerópolis a Terezópolis de Goiás	R$ 25,9 milhões	13 km
GO-470	Do Entroncamento da GO-147 à BR-153	R$ 41,9 milhões	21 km

Investimento total R$ 1,490 bilhão | **739 quilômetros de novas rodovias**

Acompanhamento do TCE garante legalidade e transparência

A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) assinaram um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) em julho de 2023 sobre a aplicação dos recursos do Fundeinfra. Um dos itens, trata de parcerias com a iniciativa privada, com regras para a seleção de entidades e repasse de informações ao Tribunal.

Antes, o TCE já havia respaldado o mesmo modelo de contração para a construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), garantindo legalidade e transparência ao processo. Exemplo da efetividade, as obras do Cora foram iniciadas em fevereiro de 2023 e estão com com 80% da ala infantil concluída. A previsão de entrega é neste semestre.

Setor Produtivo apoia nova modalidade

O Fórum das Entidades Empresariais de Goiás (FEE) manifestou apoio à iniciativa do Governo de Goiás de aprimorar os modelos de contratação com o objetivo de reduzir o tempo do trâmite da burocracia e acelerar a execução de obras de infraestrutura. A entidade vê de forma positiva a adoção do modelo de contratação baseado no Marco Regulatório das OSC.

Na carta, o FEE destaca que o novo formato "representa um instrumento jurídico legítimo e viável para otimizar a implementação de obras públicas essenciais" e afirma ainda que "o desenvolvimento acelerado de Goiás impõe desafios crescentes à gestão da infraestrutura, tornando imprescindível a modernização dos processos administrativos". A carta é assinada pela Acieg, Adial, Facieg, Faeg, FCDL, Fecomércio, Fieg e Sistema OCB/GO.

GOVERNO DE GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Goiás inova, destrava burocracia e acelera obras de infraestrutura

Com menos burocracia e garantia de obras públicas rápidas e eficientes, o Governo dc Goiás inova com um novo modelo dc contratação mais ágil e transparente, baseado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC). Os processos, que antes demandavam de 8 a 10 meses, agora serão concluídos em um mês. O objetivo é simplificar e garantir a conclusão das obras de infraestrutura com celeridade e excelência.

A transparência na gestão dos recursos e o acompanhamento rigoroso dos projetos e da execução são premissas endossadas nas novas contratações. Com fiscalização dos órgãos de controle, o credenciamento de parceiros será criterioso e vai viabilizar à população goiana os benefícios tão esperados.

A colaboração com entidades civis soluciona problemas antigos e recorrentes envolvendo as licitações convencionais. Os processos administrativos licitatórios, com frequência, recaem em burocracia excessiva, empresas que desistem no meio do caminho, obras paradas, prejuízos financeiros e atrasos que penalizam a população.

A nova proposta tem referência na Lei Federal n2 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias da administração pública. O novo padrão assegura parcerias estratégicas e está vinculado ao projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa de Goiás. A matéria visa autorizar a colaboração com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), associação civil sem fins lucrativos, que une forças para garantir capacidade técnica e experiência para a condução das obras rodoviárias.

Com o novo formato, o Governo dc Goiás vai acelerar a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra). O pacote inclui recuperação, pavimentação e construção de rodovias, além da instalação de pontes. Serão 18 obras rodoviárias transformadoras, mais de 739 km de rodovias e um investimento de R$ 1,49 bilhão, impulsionando o desenvolvimento em todas as regiões de Goiás.

Acompanhamento do TCE garante legalidade e transparência

A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) assinaram um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) em julho de 2023 sobre a aplicação dos recursos do Fundeinfra. Um dos itens, trata de parcerias com a iniciativa privada, com regras para a seleção de entidades e repasse de informações ao Tribunal.

Antes, o TCE já havia respaldado o mesmo modelo de contração para a construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), garantindo legalidade e transparência ao processo. Exemplo da efetividade, as

obras do Cora foram iniciadas em fevereiro de 2023 e estão com com 80% da ala infantil concluída. A previsão de entrega é neste semestre.

Setor Produtivo apoia nova modalidade

O Fórum das Entidades Empresariais de Goiás (FEE) manifestou apoio à iniciativa do Governo de Goiás de aprimorar os modelos de contratação com o objetivo de reduzir o tempo do trâmite da burocracia e acelerar a execução de obras de infraestrutura. A entidade vê de forma positiva a adoção do modelo de contratação baseado no Marco Regulatório das OSC. Na carta, o FEE destaca que o novo formato "representa um instrumento jurídico legítimo e viável para otimizar a implementação de obras públicas essenciais"e afirma ainda que "o desenvolvimento acelerado de Goiás impõe desafios crescentes à gestão da infraestrutura, tornando imprescindível a modernização dos processos administrativos". A carta é assinada pela Acieg, Adiai, Facieg, Faeg, FCDL, Fecomércio, Fieg e Sistema OCB/GO.

INFORME PUBLICITÁRIO

AGILIDADE

Goiás inova, destrava burocracia e acelera obras de infraestrutura

TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA na aplicação dos recursos públicos são garantidas pelo Marco Regulatório das OSC; construção e recuperação de mais de 700 km de rodovias vão impulsionar desenvolvimento de Goiás

Com menos burocracia e garantia de obras públicas rápidas e eficientes, o Governo de Goiás inova com um novo modelo de contratação mais ágil e transparente, baseado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC). Os processos, que antes demandavam de 8 a 10 meses, agora serão concluídos em um mês. O objetivo é simplificar e garantir a conclusão das obras de infraestrutura com celeridade e excelência.

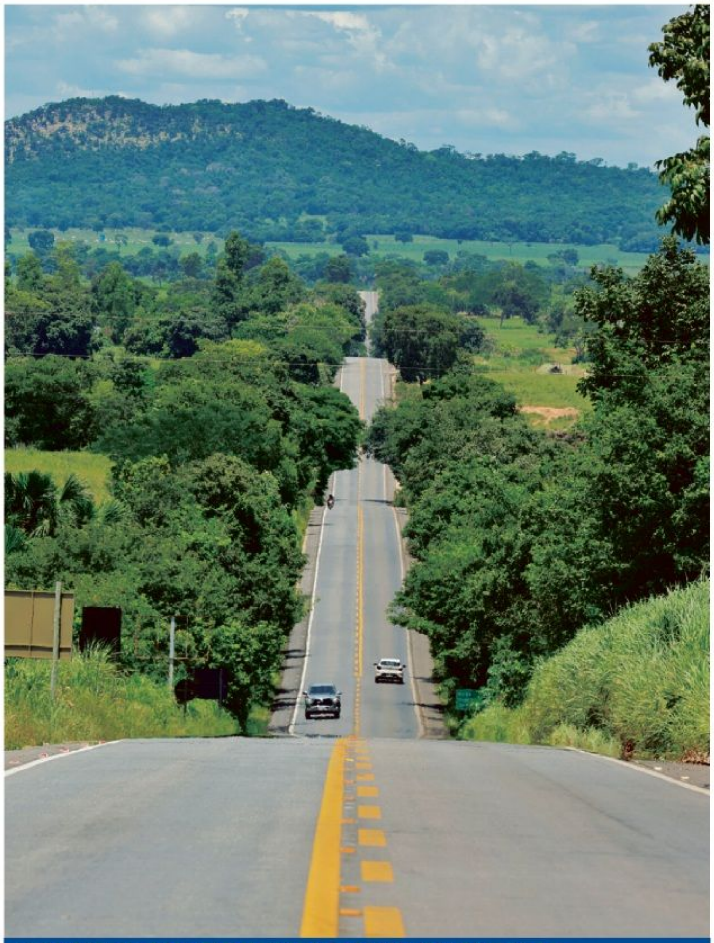
A transparência na gestão dos recursos e o acompanhamento rigoroso dos projetos e da execução são premissas endossadas nas novas contratações. Com fiscalização dos órgãos de controle, o credenciamento de parceiros será criterioso e vai viabilizar à população goiana os benefícios tão esperados.

A colaboração com entidades civis soluciona problemas antigos e recorrentes envolvendo as licitações convencionais. Os processos administrativos licitatórios, com frequência, recaem em burocracia excessiva, empresas que desistem no meio do caminho, obras paradas, prejuízos financeiros e atrasos que penalizam a população.

Mais de 739 km de rodovias e um investimento de R$ 1,49 bilhão

A nova proposta tem referência na Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias da administração pública. O novo padrão assegura parcerias estratégicas e está vinculado ao projeto de lei enviado à Assembleia Legislativa de Goiás. A matéria visa autorizar a colaboração com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag), associação civil sem fins lucrativos, que une forças para garantir capacidade técnica e experiência para a condução das obras rodoviárias.

Com o novo formato, o Governo de Goiás vai acelerar a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra). O pacote inclui recuperação, pavimentação e construção de rodovias, além da instalação de pontes. Serão 18 obras rodoviárias transformadoras, mais de 739 km de rodovias e um investimento de R$ 1,49 bilhão, impulsionando o desenvolvimento em todas as regiões de Goiás.



PRIMEIRAS OBRAS CONTRATADAS EM NOVO MODELO

Rodovia	Trecho	Valor	Extensão em KM
GO-050	Trecho que liga Jataí a Montividiu	R$ 103 milhões	49,4 km
GO-139	Trecho que liga Silvânia ao Lago de Corumbá IV	R$ 117,1 milhões	58 km
GO-147	De Bela Vista ao entroncamento da GO-010	R$ 95,9 milhões	48 km
GO-178	De Itarumã ao trevo da BR-364	R$ 173,7 milhões	86 km
GO-180	Do entroncamento com a GO-467 a GO-306	R$ 81,9 milhões	41 km
GO-206	Do entroncamento da GO-178 a GO-184	R$ 135,8 milhões	68 km
GO-206	De Chapadão do Céu à divisa com o estado do Mato G. do Sul	R$ 19,9 milhões	10 km
GO-220	Do trevo da GO-341 à Perolândia	R$ 91,9 milhões	46 km
GO-341	Do Trevo da GO-465 e BR-158, entre Mineiros e Caiapônia	R$ 129,8 milhões	65 km
GO-411	Do entroncamento da GO-050 à GO-174	R$ 141,8 milhões	71 km
GO-433	Entre Ouro Verde e Souzânia	R$ 31,9 milhões	16 km
GO-435	Do entroncamento da BR-414 ao entroncamento da GO-178	R$ 36,3 milhões	18 km
GO-439	Entre Hidrolin e Pilar de Goiás	R$ 29,9 milhões	15 km
GO-440	Entre Santo Antônio do Rio Verde e a divisa com Minas Gerais	R$ 64,5 milhões	32,3 km
GO-455	Do entroncamento com a BR-153 à Colinaçu	R$ 62,5 milhões	29 km
GO-461	Do trevo Rio Matrinchã à GO-221 em Doverlândia	R$ 105,8 milhões	53 km
GO-466	De Nerópolis a Terezópolis de Goiás	R$ 25,9 milhões	13 km
GO-470	Do Entroncamento da GO-147 à BR-153	R$ 41,9 milhões	21 km
Investimento total R$ 1,490 bilhão		739 quilômetros de novas rodovias	

Acompanhamento do TCE garante legalidade e transparência

A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) assinaram um Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) em julho de 2023 sobre a aplicação dos recursos do Fundeinfra. Um dos itens, trata de parcerias com a iniciativa privada, com regras para a seleção de entidades e repasse de informações ao Tribunal.

Antes, o TCE já havia respaldado o mesmo modelo de contração para a construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), garantindo legalidade e transparência ao processo. Exemplo da efetividade, as obras do Cora foram iniciadas em fevereiro de 2023 e estão com com 80% da ala infantil concluída. A previsão de entrega é neste semestre.

Setor Produtivo apoia nova modalidade

O Fórum das Entidades Empresariais de Goiás (FEE) manifestou apoio à iniciativa do Governo de Goiás de aprimorar os modelos de contratação com o objetivo de reduzir o tempo do trâmite da burocracia e acelerar a execução de obras de infraestrutura. A entidade vê de forma positiva a adoção do modelo de contratação baseado no Marco Regulatório das OSC. Na carta, o FEE destaca que o novo formato "representa um instrumento jurídico legítimo e viável para otimizar a implementação de obras públicas essenciais" e afirma ainda que "o desenvolvimento acelerado de Goiás impõe desafios crescentes à gestão da infraestrutura, tornando imprescindível a modernização dos processos administrativos". A carta é assinada pela Acieg, Adial, Facieg, Faeg, FCDL, Fecomércio, Fieg e Sistema OCB/GO.

GOVERNO DE GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Hospital Estadual de Luziânia recebe visita do TCE-GO para implantação da Rede Nascer

O Hospital Estadual de Luziânia (HEL) recebeu na manhã desta segunda-feira, 17, a visita da equipe do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), com o intuito de conhecer de perto o Centro Obstétrico e o Alojamento Conjunto da unidade. A visita fez parte do levantamento das maternidades do Estado para a implantação da Rede Nascer.

Durante a visita, a equipe do HEL apresentou toda a estrutura e os fluxos assistenciais da maternidade, destacando o compromisso da unidade com a qualidade e segurança na assistência às gestantes e bebês.

A diretora técnica do HEL, Dra. Patrícia Castro, explicou que a Rede Nascer é um projeto do Governo de Goiás que busca reduzir a mortalidade materna e infantil, oferecendo cuidados essenciais para gestantes e recém-nascidos. Entre os principais objetivos dessa iniciativa estão o monitoramento e atendimento das gestantes e mães, o fortalecimento do desenvolvimento seguro e saudável das crianças na primeira infância e a identificação de gestações de alto risco.

"O projeto também visa a atualização dos protocolos de atendimento a condições críticas, a ampliação da carteira de exames pré-natais, o reforço financeiro para os municípios, a atualização dos Planos de Ação Regionais e a capacitação das equipes responsáveis pelo atendimento materno-infantil", destacou a diretora.

Patrícia ressaltou ainda que a Rede Nascer representa um avanço essencial para a saúde materno-infantil em Goiás. "O projeto fortalece a assistência à gestante e ao recém-nascido, garantindo um atendimento humanizado e seguro, além de contribuir para a redução da mortalidade materna e neonatal. É uma iniciativa que impacta diretamente a qualidade de vida das mães e bebês atendidos em nossa unidade e em todo o Estado", afirmou.

A diretora administrativa do HEL, Ana Carolina Garcia, revelou o empenho da unidade em aprimorar seus serviços, investindo em capacitação das equipes e melhorias estruturais para garantir um atendimento cada vez mais humanizado, seguro e de excelência à população.

Goiás adota novo modelo de contratação para acelerar obras de infraestrutura

Foto: Goinfra

Da redação

Parceria com instituto permite otimizar investimentos e reduzir burocracia na execução de rodovias e pontes

O governo de Goiás implementou um novo modelo de contratação para dinamizar a execução de obras de infraestrutura no estado. A iniciativa, baseada no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC), busca reduzir entraves burocráticos e otimizar a aplicação de recursos públicos, mantendo a fiscalização pelos órgãos de controle.

Para viabilizar o projeto, foi encaminhado à Assembleia Legislativa um projeto de lei que autoriza a parceria com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag). A medida permitirá acelerar o uso dos recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra) em obras de pavimentação, recuperação e construção de rodovias e pontes.

Investimentos e obras em rodovias

A nova modalidade será aplicada em 18 obras rodoviárias, com a pavimentação de 739 quilômetros de estradas e um investimento total de R$ 1,49 bilhão. Entre os trechos beneficiados estão rodovias como GO-206, GO-050, GO-411, GO-180, GO-139, GO-439, GO-461, GO-470 e GO-220, abrangendo diversas regiões do estado.

Agilidade e transparência no processo

O modelo foi adotado para evitar atrasos comuns em processos licitatórios tradicionais, que podem levar de 8 a 10 meses devido a contestações e desistências de empresas vencedoras. Com a nova metodologia, o credenciamento das empresas será concluído em cerca de um mês, permitindo maior agilidade na entrega das obras.

O procurador-geral do Estado, Rafael Arruda, reforça que a medida tem respaldo na Lei Federal nº 13.019/2014, garantindo segurança jurídica e transparência. "Essa parceria fortalece a relação com os órgãos de controle e amplia o entendimento sobre o regime jurídico das parcerias sociais", explica.

Pedro Sales, presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), destaca que o novo modelo

prioriza a capacidade técnica das empresas contratadas, e não apenas o menor preço. "A responsabilidade com o dinheiro público continua a mesma, mas agora teremos mais qualidade, rapidez e cumprimento dos prazos", afirma.

Modelo já aplicado no Complexo Oncológico de Goiás

A nova estratégia já demonstrou eficiência na construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), em Goiânia. Iniciada em fevereiro de 2023, a obra avança rapidamente, com a ala infantil 80% concluída e previsão de entrega no primeiro semestre deste ano.

A iniciativa conta com a aprovação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e do Ministério Público Estadual (MPE). O vice-presidente do TCE, Sebastião Tejota, elogiou o modelo adotado pela Goinfra. "A rapidez na evolução das instalações comprova a eficiência na aplicação dos recursos públicos e a confiança nas parcerias firmadas", afirmou.

O post Goiás adota novo modelo de contratação para acelerar obras de infraestrutura apareceu primeiro em Doa a Quem Doer.

TCE impede 6 empresas de venderem para o Estado

Seis empresas foram declaradas inidôneas e não poderão participar de licitações promovidas pelo governo de Goiás nos próximos três anos. A medida foi determinada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO).

As empresas são: Hadassa Comércio de Alimentos Ltda., MR Comércio e Distribuidora em Geral Ltda., Panificadora e Lanchonete K Delícia Ltda., Atuante Alimentos Ltda., Fênix Alimentos Ltda. e Confiance Distribuidora de Alimentos Ltda. Todas elas podem recorrer da decisão.

O TCE julgou processo referente a pregão eletrônico realizado pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc) para a contratação de empresas do ramo de venda de alimentos para atender a merenda escolar. O caso chegou após notícia de irregularidade protocolada na Ouvidoria.

O conselheiro Edson Ferrari, relator do processo, fixou a punição após constatar que empresas apresentaram falsas declarações de enquadramento como microempresa ou pequena de pequeno porte na formação de um consórcio.

Federal

A determinação também implica em registro da declaração de inidoneidade no Cadastro Nacional de Empresas Punidas e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, do Poder Executivo Federal.

Cópias do processo serão enviadas ao Ministério Público Estadual, à Secretaria da Receita Federal e à Secretaria de Estado da Economia, além do Tribunal de Contas da União, pois parte dos recursos é de origem federal.

O acórdão também expede recomendação à Seduc no sentido de aperfeiçoar futuras licitações quanto à análise de exequibilidade dos preços, a fim de evitar irregularidades na contratação de bens e serviços comuns.

Audiência tem debate acalorado sobre convênio do Executivo com entidade da agropecuária para a gestão de rodovias

Sob o comando do presidente Amilton Filho (MDB), a Comissão de Constituição e Justiça promoveu, na tarde desta terça-feira, 18, audiência pública para discussão do projeto de lei nº 4937/25. A matéria, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Estado de Goiás a formalizar parceria com o Instituto para Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag). Para participar do debate, realizado na Sala Júlio da Retífica, o Parlamento recebeu o presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Pedro Sales.

A audiência se tornou o palco de um debate intenso sobre a gestão de obras rodoviárias e a utilização de recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra). A Goinfra é o órgão supervisor do Fundeinfra, do qual o Ifag pretende acessar recursos. Com a parceria, o instituto poderá obter recursos financeiros do programa para a realização de ações voltadas à manutenção, ao melhoramento e à implementação de rodovias. A proposta é que o convênio seja firmado sem que haja a necessidade de chamamento público.

Durante o pronunciamento, na abertura do evento, Pedro Sales destacou os feitos realizados pela Goinfra durante a gestão do governador Ronaldo Caiado (UB) no Estado.

Ele apresentou dados referentes às obras executadas e apontou as melhorias obtidas até o momento. "Estamos em um avanço de deixar o Estado muito melhor do que aquilo que encontramos em 2018", frisou.

Sales evidenciou as obras concluídas e em andamento, por meio do Fundeinfra, na infraestrutura de Goiás, com a afirmativa de que o valor já arrecadado pelo programa soma R$ 1,94 bilhões.

No entanto, segundo ele, há muitas obras que necessitam de avanço. Por esse motivo, afirmou ter solicitado a discussão com o intuito de esclarecer a respeito da medida que visa à parceria do Estado com o Ifag.

O objetivo, segundo Sales, é desburocratizar o processo e dar celeridade à execução dos serviços. Ele acredita que a ação ainda coloca Goiás à frente de outros estados. "São procedimentos novos, mas todos embasados em legislação", pontuou.

"Estamos trazendo gente nova e grande para o Estado de Goiás, dentro dessa sistemática", acrescentou o dirigente, ao salientar que há um chamamento público em aberto para que empresas de todo o Brasil possam participar.

As empresas deverão ser selecionadas, conforme o dirigente, com base em diversos critérios, tais como comprovação

de liquidez financeira, liquidez contábil, atestação, dentre outros.

Licitação

Na fala da deputada Bia de Lima (PT), ela criticou a tentativa do Governo de Ronaldo Caiado de "fugir do processo" de licitação, defendendo a aplicação da lei para todas as gestões. "A lei não é para alguns. A lei é para todo mundo!", enfatizou a deputada, que também questionou a "sofrência desesperadora" do Governo em defender suas ações em âmbito nacional.

Apesar das críticas, Bia de Lima elogiou a reforma da GO-040 e a construção da terceira via na GO-184, demonstrando um reconhecimento pontual de avanços na infraestrutura rodoviária.

Avanço

Relator da matéria em discussão, o deputado Issy Quinan defendeu a medida que qualifica o Ifag para a gestão de obras rodoviárias. Segundo Quinan, a proposta representa um avanço na celeridade e na eliminação da burocracia, garantindo a execução do plano rodoviário do Estado.

O deputado rebateu as críticas da oposição, afirmando que o Governo Caiado realizou mais obras do que gestões anteriores e que o projeto em questão busca dinamizar o ato administrativo, eliminando modelos obsoletos.

Diálogo

Pedro Sales utilizou as considerações finais para responder a questionamentos dos deputados sobre a propositura. Ele destacou que houve diálogo com o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) a respeito. "Todos os atos foram públicos e ficaram sob consulta pública", afirmou, colocando-se à disposição para esclarecimentos. Ele informou que o TCE assinou um termo de acordo para fiscalizar as obras sob essa nova perspectiva.

O presidente da Goinfra esclareceu que a Lei nº 13.019 permite a contratação de entidades do terceiro setor por meio de chamamento público ou dispensa, quando há referendo legislativo da entidade indicada. Ele ressaltou que um chamamento público está aberto e que o Ifag foi indicado por já ter manifestado interesse na parceria.

"Está aberto para o Brasil inteiro. É a única entidade que apelou. Se tiver outra, vai me ajudar demais. Estou precisando de ajuda", declarou Sales, incentivando outras entidades a participarem.

O gestor se colocou à disposição para apresentar um comparativo dos investimentos em obras rodoviárias das gestões anteriores e da atual. Ele reforçou que a sustentação jurídica do processo está na legislação citada, que permite a gestão compartilhada de infraestrutura com o terceiro setor.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

O post Audiência tem debate acalorado sobre convênio do Executivo com entidade da agropecuária para a gestão de rodovias apareceu primeiro em JORNAL DO VALE.

Em audiência com Pedro Sales na CCJ, deputados sinalizam aprovação de novo modelo de contratação de Goiás

Uma audiência pública, realizada nesta terça-feira, 18, pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), debateu os principais pontos do projeto de lei nº 4937/25, que autoriza o Poder Executivo a formalizar parceria com o Instituto para Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (IFAG). Na audiência, a maioria dos parlamentares apoiaram o novo modelo e disseram que irão trabalhar em prol da aprovação do projeto.

Durante o encontro, o presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Pedro Sales, respondeu a questionamentos de parlamentares sobre a proposta, que visa dar celeridade à execuções de obras no Estado, e sobre os feitos do governo Estadual.

De acordo com Sales, as obras executadas e andamento por meio do Fudeinfra já somam R$ 1,94 bilhões, o que teria transformado o cenário da infraestrutura de Goiás nos últimos sete anos. O presidente da Goinfra ressaltou que a parceria com o IFAG tem como objetivo desburocratizar processos e acelerar a execução de obras, posicionando Goiás à frente de outros estados e abrindo espaço para a participação de empresas de todo o Brasil mediante critérios rigorosos de seleção.

Após a apresentação inicial, deputados da base começaram a tecer elogios e críticas a Sales e ao governador Ronaldo Caiado, enquanto a oposição criticava o projeto e a gestão.

Em certo ponto da audiência, o deputado estadual Gugu Nader (Avante) afirmou que os deputados de base irão trabalhar pela aprovação do novo modelo. "Somos da base e queremos que a coisa dê certo. Tivemos questionamentos sobre algumas situações e iremos trabalhar para que o projeto seja aprovado e, no momento certo, os questionamentos serão respondidos. Vamos votar o projeto e iremos trabalhar para que Goiás avance", afirmou.

Entre os parlamentares que se mostraram favoráveis à proposta, o deputado Issy Quinan enfatizou que a medida representaria um avanço absoluto ao eliminar burocracias e garantir maior celeridade na execução dos projetos. Ressaltou, ainda, que o projeto está fundamentado em uma lei federal (Lei nº 13.019/24) que assegura segurança jurídica para sua aprovação.

Para o parlamentar, o IFAG poderá acessar recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra) para a manutenção, o melhoramento e a implementação de rodovias, sem que haja a necessidade de chamamento público, como previsto na legislação estadual.

Nova modalidade de contratação

A audiência ocorre após Caiado começar a implementar um novo modelo de contratação para acelerar a execução de obras públicas no estado, mantendo a transparência e a fiscalização dos órgãos de controle. A iniciativa, baseada no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC), visa reduzir a burocracia e aumentar a eficiência no uso dos recursos públicos. Com a nova metodologia, o governo pretende destravar obras estratégicas e evitar os frequentes atrasos causados por processos licitatórios convencionais.

"A infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento do Estado. Neste ano e em 2026, nós vamos realizar grandes entregas para que possamos garantir a completa reestruturação da nossa malha viária", afirmou Caiado.

A nova forma de contratação será aplicada em 18 obras rodoviárias, incluindo a pavimentação de mais de 712 quilômetros de estradas estaduais. O investimento previsto é de R$ 1,49 bilhão, contemplando importantes trechos das rodovias GO-206, GO-050, GO-411, GO-180, GO-139, GO-439, GO-461, GO-470 e GO-220, beneficiando todas as regiões do estado.

Para viabilizar essa estratégia, o governo encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de lei que autoriza a parceria com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag). O objetivo é tornar mais ágil a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra), assegurando que as obras sejam iniciadas e concluídas em menor tempo, sem os entraves comuns nos processos de licitação tradicionais.

Com essa mudança, a expectativa do governo é reduzir os prazos para o início das obras. Atualmente, os trâmites licitatórios podem levar de oito a dez meses para serem finalizados, devido a contestações e prazos para recursos. Além disso, muitas empresas vencedoras acabam desistindo dos contratos, forçando o Estado a reiniciar todo o processo, o que gera atrasos e desperdício de dinheiro público. Com o novo modelo, a execução dos projetos poderá acontecer com maior previsibilidade e eficiência.

O sucesso dessa metodologia já pôde ser observado na construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), em Goiânia. Iniciadas em fevereiro de 2023, as obras do hospital avançam rapidamente, com a ala infantil 80% concluída e previsão de entrega ainda no primeiro semestre deste ano. O governador destaca que essa experiência reforça a viabilidade da iniciativa e sua aplicação em outras áreas da infraestrutura estadual.

O novo modelo de contratação conta com o respaldo de órgãos de controle, como o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e o Ministério Público. O vice-presidente do TCE-GO, Sebastião Tejota, destacou que a metodologia foi essencial para garantir o avanço das obras do hospital. "A burocracia de outros modelos de contratação atrasaria o avanço das obras e estamos certos de que todo o serviço feito até o momento redundou nesse estágio avançado", declarou o conselheiro.